



REVISTA CIENTÍFICA DA UMC

**AVALIAÇÃO E INTERVENÇÃO: COMO O LAUDO TEM SIDO PERCEBIDO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA?****EVALUATION AND INTERVENTION: HOW THE REPORT HAS BEEN PERCEIVED IN CONTEMPORARY BRAZILIAN EDUCATION**

Bruna Feitosa Marques, Celia Regina da Silva

Resumo:

Objetiva-se perceber o fracasso escolar tal como uma doença provocada por diferentes interferências, alastrando-se por anos em nossa educação brasileira e como os laudos têm funcionado para compor este panorama. Este artigo está organizado de modo que a primeira parte clarifique como avaliação e intervenção estão compreendidas com base na perspectiva da Pedagogia Histórico – Cultural, em seguida, empenha-se em um panorama de como a avaliação funcionava e passa a assumir algumas práticas atuais de nossas escolas e professores. Por fim, se tem necessário situar professor, aluno e sociedade, compreendendo as múltiplas interferências que recebem ao atuar no processo escolar.

Palavras-chave: Avaliação; Intervenção; Laudo; Pedagogia – Histórico – Cultural; Fracasso Escolar.

Abstract:

The objective is to perceive school failure as a disease caused by different interferences, spreading for years in our Brazilian education and how the reports have worked to compose this panorama. This article is organized in such a way that the first part clarifies how assessment and intervention are understood from the perspective of Historical - Cultural Pedagogy, then engages in an overview of how evaluation worked and now assumes some current practices. our schools and teachers. Finally, it is necessary to situate teacher, student and society, understanding the multiple interferences they receive when acting in the school process.

Keywords: Evaluation; Intervention; Report; Pedagogy - Historical - Cultural; School failure.

Introdução

O presente tem como fundamento análises referentes ao observado em um curso de pós-graduação em psicopedagogia que conduziram análises dadas ao cotidiano escolar, bem como ao referencial teórico que pode embasar o observado. Frente as intervenções possibilitadas no curso, conclusões sobre o assunto em questão foram tratadas e revisitadas.

A educação é um ato político, pois por si só modifica o indivíduo e que por sua vez modifica a sociedade que o circunda. Assim, ele percebe o mundo diferentemente do que era percebido anteriormente. Ela é complexa à medida que recebe interferências da esfera social e política, o que a modifica constantemente.

A tarefa da escola compreende possibilitar uma formação crítica do indivíduo para tornar a sociedade passível de melhoras, bem como potencializar suas capacidades para alcançarem níveis mais complexos do desenvolvimento cognitivo. Para poder promover o desenvolvimento das potencialidades do indivíduo é preciso carregar sentido na esfera pedagógica, bem como reconhecer a zona de desenvolvimento real do aluno para que assim se possa traçar meios para alcançar o seu potencial.

As intervenções pedagógicas serão instrumentos precisos para conduzirem este caminho, sendo que ao propô-la não se finda nisto, gerando a avaliação a ser dada para compreender o caminho que se está caminhando e assim por diante assumir um processo cíclico que não pode se corromper em uma avaliação tradicional, observando o resultado e apenas nisto se pautar.

Sabemos que a avaliação recebeu diferentes percepções ao longo do tempo, sendo como um modelo higienizador na sociedade, ao perceber aqueles que se adaptavam ao meio ou não. Preocupando-se com sua adaptação ao meio para que pudesse ele viver em sociedade, a educação gerou diferentes causas desta não adaptação, o que acabou em alguns momentos engessando o fazer no contexto escolar.

Frente estas tarefas, a escola assume um caráter indissociável de questões sociais e políticas, sendo estas aquelas que podem interferirem no processo e andamento pedagógico, bem como nas questões burocráticas do ensino. Desta forma, não é possível desassociar as questões acima mencionadas com os efeitos de uma escola, professor e demais agentes do ensino.

Partindo – se destas premissas, o seguinte é apresentado.

1. Desenvolvimento na perspectiva histórico – cultural e como decorre a avaliação – intervenção.

Compreendemos o indivíduo na perspectiva histórico-cultural como aquele que

participa de seu processo de ensino-aprendizagem, sendo ativo, portanto, possui conhecimentos prévios que devem ser considerados para que se proponham desafios frente a desequilibrar e conseqüentemente restaurar seu cognitivo em outro patamar de complexidade. Cabe ao professor, desenvolver procedimentos para acessar aquilo que seu aluno sabe (Nível de desenvolvimento real) para conduzi-lo ao que ele tem potencial em realizar, convidando-o a sair de sua zona de conforto, caracterizando este chamado como um fenômeno proveitoso e indispensável ao mesmo.

O homem, como indivíduo, nasce dotado de necessidades elementares, vitais (biológicas), que inicialmente são satisfeitas pelas ações de outrem. À medida que o indivíduo começa a atuar, estabelecem-se vínculos cada vez mais dinâmicos entre as necessidades e os objetos que a elas atendem. Esses vínculos evidenciam que o estado de necessidade do sujeito não está registrado no objeto capaz de satisfazê-lo, ou seja, esse objeto precisa ser descoberto. Apenas como resultado dessa descoberta é que a necessidade vai adquirir sua objetividade e o objeto que é representado por esse processo de descoberta adquire a função estimuladora e orientadora da atividade, quer dizer, converte-se em motivo. (MARTINS, 2004, p.87)

O aprendizado não ocorre neutramente, é por isso que a intervenção pressupõe como um fator essencial para o desenvolvimento de qualquer indivíduo. Em contato com o outro, um é forçado a ir adiante quando estabelece necessidade. De modo que aquele que interage também não se mantém inerte em seu desenvolvimento, sendo passível de estabelecer novas concepções e ideias sobre o que se tem em questão. Conseqüentemente, a troca nesta relação modifica o receptor, mas também pode modificar aquele que a emite.

Ao professor cabe ensinar, mediando ao vislumbrar aquilo que traçou como objetivo para seu aluno e quais caminhos deve conduzir o mesmo para alcançá-lo. Se ele não age e interfere neste processo, ele se esvai/ de nada adianta, não o faz ingenuamente, muito menos neutramente, este processo deve ser claramente provocativo, mantendo relações complexas entre conteúdo e as conexões que o indivíduo estabelece em seu meio social.

[...] é preciso ensinar porque esse desenvolvimento psíquico depende da mediação dos adultos. Porque o movimento do desenvolvimento das funções psicológicas superiores caminha do intersíquico para o intrapsíquico. Porque tais funções não se desenvolvem natural e espontaneamente. Porque o desenvolvimento do pensamento depende da apropriação do conhecimento. Porque a criança não se apropria dos objetos da cultura (material e não-material) pela mera interação, mas no processo de comunicação com o adulto. Porque novos motivos são formados em íntima relação com as condições de vida e de educação da criança. (PASQUALINI, 2010, p. 13).

Para que o professor se situe frente aquilo que o aluno sabe e o que pode realizar, é primordial acrescentar a clarificação que ele terá que compor sobre o entorno de seu aprendiz, observando quais são os fatores externos a ele que corroboram para o não-aprendizado ou que ele pode utilizar para beneficiar seu aluno. Para tanto, tratamos da complexidade que o homem possui frente a sua realidade, de modo que carrega de inúmeras influências e são estas que devem ser avaliadas pelo professor.

Além de examinar as atividades realizadas, as respostas dadas e a explicação do desenvolvimento cognitivo da criança, também se deve fazer a análise genética, isto é, considerar a origem das dificuldades do aluno, superando a ideias de que os problemas estão cristalizados e não podem ser superados. A história das dificuldades da criança e a origem das deficiências do processo ensino-aprendizagem (que muitas vezes não oferece recursos para a criança aprender), precisam ser observadas, assim como a afetividade envolvida neste processo. (FACCI, 2015. p.10)

Avaliar aqui irá permitir o entendimento não só daquilo que o aluno sabe à nível de conhecimento científico, como também dos processos que estão relacionados direta ou indiretamente ao aluno e que, portanto, o influenciam. A avaliação é entendida como instrumento para auxiliar no processo de dissolução da queixa, conduzindo o profissional em contato com ela a melhores formas de conduzir o processo de ensino – aprendizagem. Considerando que o sujeito é um ser histórico e cultural, a avaliação seguirá na mesma vertente, favorecendo a contribuição destas esferas para compor um panorama/avaliação concreta da complexidade que circunda o homem.

Assumimos o caráter contínuo de avaliação e intervenção, sendo indissociáveis neste processo. Desta forma se avalia para poder modificar o que está sendo percebido, à medida que o modifica: temos novo panorama que precisa receber novas intervenções para evoluir conseqüentemente.

Partindo da intervenção é possível vislumbrar o passível de ser alcançado, à medida que o professor articula de seus conhecimentos teóricos e práticos para possibilitar o avanço cognitivo. Trata-se de evidenciar os saberes que podem ser desenvolvidos e que podem ser articulados com autonomia se forem estimulados para tal.

1.1 Práticas higienizantes do passado e o funcionamento dos laudos nos tempos atuais.

Há indivíduos que não acompanham o processo de ensino – aprendizagem observado pela maioria da classe presente, levando constantemente as preocupações de docentes, familiares e gestão escolar a procurarem motivos para que o mesmo esteja presente em seus cotidianos. Procura-se o motivo daquele indivíduo ser diferente dos demais, resgatando uma ideia de outrora de que algo de errado há neste sujeito e que deve ser corrigido.

Uma diferença só será evidente caso se afaste dos parâmetros estabelecidos socialmente como “normais”, no sentido de “maioria”, de “norma”, de “regra”. Numa curva simétrica de “padrões de normalidade”, tudo aquilo que se afasta do centro da curva é considerado “desviante”. Tais definições esquecem, porém, que esse desenho de “curva simétrica” é ideologicamente sustentado por grupos dominantes que padronizam os comportamentos sociais, políticos, e similares, de modo que as diferenças, portanto, existem “fora” dos sujeitos e não intrinsecamente. (RAPHAEL, CARRARA, 2002. p.59)

Neste emaranhado, a escola não detém seu olhar em suas práticas pedagógicas, organização curricular ou outro agente que esteja condicionado a presença do efeito escolar. Por outro lado, a família observa que a culpa está na equipe escolar, permitindo assim a situação corriqueira de culpabilizar um só protagonista nesta história.

O possível de acontecer é que a instituição busque motivos externos a ela para justificar o não aprendizado, o que também ocorre com a família do sujeito. Ambas as partes desconsideram suas devidas responsabilidades frente ao insucesso escolar, disto podemos ouvir: “se o aluno não aprende é culpa do professor e se ele aprende, foi a família que ensinou”.

Evidentemente, não se contrapõe o dever da família e escola de investigar as causas que devem compor e clarificar o panorama apresentado por este aluno, a fim de que qualquer informação observada auxilie na compreensão das falhas que se colocam. Nesta “troca de passes”, a escola utiliza da análise biológica deste indivíduo, tentando observar se o seu não aprendizado ocorre por conta de tais fatores.

Comumente, observamos a quantidade de laudos médicos aumentar a medida que os alunos são encaminhados, conseqüentemente ao chegar na escola com este laudo nos deparamos com diferentes hipóteses: a prática pedagógica se altera devido as orientações do profissional que realizou o atendimento do indivíduo ou a

prática pedagógica permanece a mesma, pois com o laudo há um “respaldo”/ “justificativa” do não aprendizado deste aluno e que para tanto não há o que ser feito.

O regresso ao passado deve ser negado em práticas educativas, o fator biológico aqui não é entendido como fator dominante, muito menos os invólucros psíquicos. Não são estes que irão definir a possibilidade ou não do desenvolvimento cognitivo do indivíduo. Todo e qualquer, é capaz de aprender e se desenvolver.

Pelo valor que atribuía ao psiquismo, entendido do ponto de vista médico, a Escola Nova tinha precisamente como um de seus fundamentos a Psicologia e a Biologia, resgatando das duas as influências sobre as questões relativas à saúde, à doença, à normalidade e à anormalidade. O campo da educação deixa de ser visto como um fenômeno histórico para ser um fenômeno psíquica e biologicamente determinado. A psicologia torna-se o mecanismo privilegiado da educação e a biologia, o fundamento sobre o qual radicava o trabalho médico. Com isso, as margens entre educação e medicina desaparecem, criando-se uma unidade pedagógica entre ambas, ligadas com o selo da higiene mental. Assim, haveria uma “zona comum à pedagogia e à medicina. (WANDERBROOCK, 2009. p.118)

Não se pode permitir que o laudo médico ou os relatórios psicopedagógicos concedam um engessamento das práticas escolares, devendo eles servirem de apoio ao professor, imediatamente contraponho a ideia equivocada que se pode ter de apoio: não se serve um apoio para ficar confortável, precisa-se de um apoio para permitir novos alcances/ para ir adiante.

Em geral, os laudos têm servido para conceder “obstáculos” frente ao ensino-aprendizagem do aluno e não para oferecer a visão de uma situação real e conseqüentemente dispor de melhores meios para alcançar a possível zona de desenvolvimento potencial do sujeito.

Por muitas das vezes o meio pedagógico não é um fator a ser alterado pelo corpo escolar, considerando que o que precisa ser consertado se baseia naquele aluno que não acompanha os demais e por assim dizer, não se adequa ao meio que lhe é proposto.

Partindo desta realidade, acredito que os laudos psicológicos deveriam apontar a situação da criança: quais suas limitações educacionais, quais as possibilidades de trabalho que garantiriam as mesmas condições e direitos educacionais a todas as crianças. Enfim, um documento que, sem buscar nomes ou rótulos para comportamentos, pudesse ser claro, ético e esclarecedor de novos caminhos a serem trabalhados com esta criança à luz de uma “avaliação” ampla da criança em um contexto histórico e social. Muitas vezes, o laudo é limitado pela própria natureza da avaliação e seus resultados pouco ou nada ajudam o professor a lidar com a criança, pelo contrário, fazem-no olhar para ela como “x” ou “y” que o laudo, soberano em seu julgamento, pôde revelar (MAIA, 1997. P. 121-122).

Ao professor cabe perceber o laudo como um fator de alteração naquilo que ele realiza hoje, um condicionante a alterar seus meios de ensino. O indivíduo não deve se adequar ao meio, mas ele quem deve ser proposto a auxiliar o aluno a progredir. Mais do que buscar laudos, a instituição e familiares devem observar os âmbitos que interferem no ensino do indivíduo, percebendo quais relações é por este estabelecida e como ele reage a todas elas. Quais fatores podem estar protelando o não – aprendizado e o que pode ser feito para que isto seja superado.

Se tem consciência plena de que o indivíduo tem relações e, portanto, seu sucesso ou insucesso mantem relações indissociáveis com os meios em que ele está em contato. Nenhum homem o é, apenas mantendo a si prisioneiro, todo homem o é se participa de uma vida em comunhão com outros homens e para tanto o que ele é, faz parte do que os outros são.

1.2 A complexidade de compreender o contexto educativo brasileiro.

Até aqui tratamos do sujeito como ser complexo, receptor de múltiplas influências e interferências. Não obstante, é preciso submergir a escola com a mesma discussão, de modo que a ela se coloque a visão complexa de instituição que percebe e assume influências políticas, sociais, culturais e históricas. Não se observa, contudo, a intenção desta instituição de receber estas inúmeras interferências, visto que:

É a escola que está quebrada por dentro...por tantos mitos de que nem sempre nos damos conta, como no caso do lápis! Outras imagens mais trágicas poderiam ser trazidas nessas analogias, como abalos sísmicos ou sistêmicos que vêm de dentro. E de repente estamos lidando com o imprevisível, aquilo que não podemos controlar, muito menos nos seus efeitos. A escola corre esse perigo. E vem de novo a imagem do lápis sem ponta. Agora é o apontador que entupiu com uma ponta que ficou lá dentro. Nem lápis, nem apontador. Assim é o processo educacional. Assim sofre a escola de 1º e 2º Graus. Há ideias brilhantes, professores “de ponta”, páginas que podem ser escritas, vontade de escrever, mas o “lápis” está sem ponta e o “aparelho” entupido. Os mitos que abalam o sistema vão destruindo as melhores ideias e intenções em compasso de erosão, de perda, de abandono. Enquanto isso os mecanismos e procedimentos supostamente pedagógicos de solução vão se “repetindo...”, “repetindo...!!!” sem se notar que o lápis está quebrado por dentro e o apontador está entupido. Repetência? Evasão? (FIRME, 1994 p.57).

Desse modo, o fracasso escolar é um dos fortes motivos que arrebanha as alterações sofridas de cima para baixo neste contexto ou de certo utiliza-se dele para desempenhar justificativas para que as alterações procedam com sucesso ou recebam aceitação social. O caráter político é responsável por conduzir tais

movimentos, por sua vez a instituição escolar pode ser vítima ou beneficiada das atitudes assumidas aqui. Em toda a história social, percebemos o quão esta assume papel devido na formação intelectual dos indivíduos e a quão poderosa pode ser quando criticamente “arma” a sociedade para pensar, passando assim a viver ativamente em uma sociedade.

Sem fim de se esgotar nesta esfera, é devido que a instituição recebe outras interferências, o que a torna complexa de se compreender e de culpabilizar apenas um sujeito deste processo quando ocorre a não aprendizagem de qualquer aluno. Deste modo, o compartimento social também influencia as tarefas escolares e seu próprio comportamento, aonde se deve perceber a particularidade dos alunos para vislumbrar diferentes perspectivas.

Partindo disso, a escola como instituição terá tarefas complexas para sua dissolução, visto que possui contextos de diferentes aspectos que interferem no processo, recebe influências políticas e que por sua vez reflete em suas ações. Ela não é neutra, visto que sua funcionalidade e suas ações estão condicionadas em diferentes aspectos presentes na sociedade. Quase sempre ela revisita o passado, emaranhado de práticas que sucessivamente corrompem e destoam horizontes que jamais seriam imaginados a visitar ou a desbravar novos horizontes. O novo surge como a solução, pendem-se todos a compreendê-lo, todas práticas “mergulham” neste e quando se percebe: falta o ar e todos voltam para a superfície. O novo vai embora ou se mistura, um pouco de tudo revisita a memória. Mais do mesmo.

Um dos problemas fundamentais do que se espera da educação escolar hoje é a surdez à experiência histórica, que resulta na repetição de bordões que já se mostraram equivocados. Nesse aspecto, estamos em situação pior do que os planejadores da educação no Império, que pelo menos tinham a seu favor os fatos de que não podiam se valer da experiência histórica acumulada em se tratando de política educacional e não estavam numa república com veleidades democráticas. (PATTO, 2001. p. 244)

A formação de nossos professores e sua condição de trabalho pode compor a causa do fracasso escolar, à medida que ela pode interferir no processo de ensino-aprendizagem. Salas lotadas; desvios de funções; docentes mal remunerados; poucas oportunidades de formação de qualidade; descrença e desrespeito com a instituição e professores; ordem autoritárias e por vezes desvinculadas de concepções democráticas de ensino, formação inoperante/de baixa qualidade; jornada de trabalho do professor mal articulada ou outros inúmeros motivos que se conhecem.

Mesmo no campo acadêmico, o que temos constatado historicamente é que a formação do professor tem deixado muito a desejar, existindo uma série de complicadores, como por exemplo a tão propalada relação teoria e prática, a relação entre matérias específicas do campo de formação e assim chamados “cursos vagos”. Um outro elemento a ser considerado ainda é a própria valorização da profissão, pois por não serem atrativos (não só do ponto de vista material, mas também da imagem social da docência), muitos jovens de grande potencial não optam pelo magistério, ou cursam as disciplinas pedagógicas sem o menor interesse, visto que não pretendem seguir a carreira docente e sim ser “pesquisadores de biologia molecular da Fundação Oswaldo Cruz”; ocorre que, depois de formados, por falta de opção, vão ser o quê? Professores de Biologia... (VASCONCELLOS, 2001. p.180).

A escola está “quebrada”, dados no INEP dizem que em 2017 temos 2 milhões de alunos que não frequentam a escola. Dentre aqueles que frequentam, nosso ensino não sustenta bons índices em sua qualidade, o que não permite superar o adequado dentre os termos estabelecidos. São múltiplos fatores para compreender seu fracasso e desconsiderar uma escola “real” para compreender o contexto de um fracasso escolar não é plausível neste trabalho. Sua importância é evidente para a população, políticos prometem sua melhora pois sabem o impacto nas urnas que este discurso pode promover, embora no exato momento de agir tudo se misture e em segundos nos voltamos a mudanças drásticas que podem revisitar o passado demasiadas vezes. Mais do mesmo.

O contexto educativo só pode ser entendido neste emaranhado de conexões que se estabelecem em volta deste indivíduo, frente a esta luta social e política pode – se ocasionar a desistência por parte de um dos protagonistas. A luta por vezes sustenta uma vitória inalcançável, onde a demasiada realidade complexa pode sustentar uma vitória resiliente.

Considerações finais.

No contexto escolar brasileiro atual pendemos a perceber sucessivas práticas políticas que se estabelecem frente aos motivos daquele que foi eleito pela população. Enfrentamos fortes cortes em nossa área e seria impossível dissertar sobre a esfera política para compor o contexto educacional que temos enfrentado. Nossa escola brasileira parece estar doente há anos, não sendo de hoje a preocupação a ser emitida, de certo os cortes e práticas educacionais assumidas ultimamente não são o “remédio” nem a “cura” para nossa escola.

Ora, tanto para garantir uma formação consistente como para assegurar condições adequadas de trabalho, faz-se necessário prover

os recursos financeiros correspondentes. Aí está, portanto, o grande desafio a ser enfrentado. É preciso acabar com a duplicidade pela qual, ao mesmo tempo em que se proclamam aos quatro ventos as virtudes da educação exaltando sua importância decisiva num tipo de sociedade como está em que vivemos, classificada como “sociedade do conhecimento”, as políticas predominantes se pautam pela busca da redução de custos, cortando investimentos. Faz-se necessário ajustar as decisões políticas ao discurso imperante. (SAVIANI, 2009 p.153)

Entender nosso aluno, é entender sua escola, bem como seu país e a sociedade e família com a qual ele se relaciona. Assim, nossos alunos são presentes nesta escola que há anos se percebe fragilizada, fadada ao fracasso escolar de parte dos alunos que a frequentam. Se pondera: quem é o culpado?

Temos percebido um aumento expressivo na quantidade de laudos dados aos nossos alunos das escolas brasileiras, onde a principal causa é o não-aprendizado em sala de aula. Para este fato, é devido se preocupar com o que a emissão destes laudos tem causado nas escolas, onde percebemos um “engessamento” das práticas educativas e não uma reorientação pedagógica.

Ao professor não cabe a responsabilidade nem tem o conhecimento para tal de reivindicar o laudo apresentado pelos especialistas, mas é ele quem tem a tarefa de receber este aluno e perceber quais são os procedimentos que ele deve adotar para promover o seu ensino. Aqui, percebemos a importância da avaliação, devendo ela dar um panorama de como este aluno é percebido hoje, considerando as inúmeras interferências já mencionadas aqui e que, portanto, devem ser analisadas em conjunto e nunca com foco em apenas uma das esferas.

A intervenção frente ao caso percebido é parte indissociável da etapa anterior, é ela quem irá conduzir o que o professor analisou e que pode ser experimentado pelo aluno, a fim de que ele possa confrontar o desafio que seu docente preparou para ele. A formação do professor irá auxiliar neste processo, sendo ela base e apoio para promover diferentes, complexas e provocativas práticas educativas, ações de qualidade promoverão este salto qualitativo do aluno frente a suas funções psíquicas.

Nesta etapa diferentes esferas relacionadas aos alunos podem ser convidadas ou não a participarem, de modo que os familiares e sociedade precisem ser percebidos diferentemente ou alterados para que possam potencializar o desenvolvimento deste aluno. Aqui, pais poderão ser convidados a participarem do

desafio estabelecido, auxiliando nesta promoção no desenvolvimento de seu filho. A sociedade poderá ser complemento para consciência do panorama que se enfrenta e de passível alteração desta. O contexto político poderá organizar formações de qualidade para atualização dos docentes; um currículo adequado e carga horária do professor voltada a maior tempo de capacitação. Fugindo da necessidade de elencar tarefas à estas esferas, o intuito aqui é de avaliar a necessidade que os professores podem ter de perceber diferentes necessidades a alterar determinadas esferas que interferem no contexto educativo e que, portanto, poderiam ser voltadas a promoção do ensino deste aluno.

Não se faz necessário compreender o laudo como justificativa do fracasso escolar e que assim nada pode ser realizado, deste modo nos permitimos a retroceder ao passado, quando práticas higienizantes eram assumidas em nossa escola. A avaliação irá carregar consigo o interesse pela investigação, do mesmo modo que os laudos médicos, relatórios psicopedagógicos influenciem na tomada de decisões por parte do professor, corpo escolar e a família do aluno. O que pode interferir positivamente: concedendo meios diferentes para que o esperado se alcance e alternativas complexas de desenvolvimento; ou negativamente: servindo como justificativa para o não-aprendizado e conseqüentemente um engessamento do fazer escolar, das responsabilidades na sociedade, bem como do tratamento deste indivíduo com outros ou com a própria família. Para se desvincular do fracasso escolar que por muitas vezes é percebido como inalcançável, é preciso superar as ideias e mitos que ficaram em nosso passado, há concepções que já foram assumidas por muitos como mitos de antigamente, pois não estabelecem conexões com o fracasso escolar ou não estabelecem motivos concretos para sua ocorrência.

Evidentemente, é passível considerar todo o contexto real que temos da escola atualmente. Não sendo possível desconsiderar o atual endosso que ela carrega, políticas públicas por diferentes momentos alterada, formação de professores bem como sua valorização, currículo escolar por vezes sem participação do corpo docente ou sem vislumbrar práticas complexas. Enfim, o emaranhado para conceder explicações sobre o “engessamento” da prática escolar também deve ser compreendido por diferentes meios.

É claro que possuímos laudos médicos que se assumem cada vez mais

frequentes no contexto escolar e na vida de nossos alunos, o que não engendra consequentemente práticas escolares adequadas a mesma envergadura.

É preciso medicar a escola brasileira, mas não cabe a uma esfera apenas para curar a doença que por anos não é estancada. São precisos meios para alcançar nossos alunos que recebem interferências de uma sociedade que está sendo modificada a cada dia para tempos modernos e que a escola insiste em não acompanhar, pois não aprendeu a lidar ainda com o seu passado. A avaliação que devemos obter de nosso aluno deve contemplar o mais real possível, se aproximando precisamente de sua realidade para que possamos articular intervenções precisas e que promovam o real desenvolvimento dele.

Cabe as políticas públicas, ao corpo escolar, a organização do trabalho do professor abrir espaço para que o professor possa replanejar constantemente o seu trabalho, bem como ter tempo de pensar no que pode ser feito para promover o desenvolvimento substancial de seu aluno, o que por muitas das vezes não é disponibilizado ao professor e pode não dispor de formação adequada para promover novas aprendizagens.

Referências

FACCI, Marilda Gonçalves D. **Avaliação psicológica das dificuldades no processo de escolarização**: possibilidades de superação de uma visão individualizada. 2015.17 f. Trabalho (37ª Reunião Nacional da ANPEd) -UFSC, Florianópolis, 2015.

FIRME, Thereza Penna. Mitos na avaliação: Diz-se que... **Revista Ensaio**, Rio de Janeiro, n.1, v. 2, out./dez. 1994.

MAIA, Edmundo. **A psicologia e a psiquiatria do dia-a-dia**. 3.ed. Almed, São Paulo, 1997.

MARTINS, Lígia Márcia. A natureza histórico – social da personalidade. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 24 n.62 abril. 2004.

PATTO, Maria Helena Souza. “Escolas cheias, cadeias vazias” Nota sobre as raízes ideológicas do pensamento educacional brasileiro”. **Estudos Avançados**, São Paulo, 21 (61), 2007.

PASQUALINI, Juliana Campregheer. **Princípios para a organização do ensino na educação infantil na perspectiva histórico-cultural**: um estudo a partir da análise da prática do professor. 2010. 268 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”,

Araraquara, 2010.

RAPHAEL, Hélia Sonia.; CARRARA, Kester - **Avaliação sob exame**. 1.ed. Editora Autores Associados, Campinas, 2002.

SAVIANI, Dermeval - Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação** v. 14 n. 40 jan./abr. 2009.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Para onde vai o professor? Resgate do professor como sujeito de transformação**. 15. ed. Libertad, São Paulo, 2001.

WANDERBROOCK, Durval Junior. **A educação sob medida: os testes psicológicos e o higienismo no Brasil**. 1.ed. EDUEM, Maringá – PR, 2009.